

**Contributos para a elaboração de um REOT à escala regional:
Aplicação à região de Lisboa e Vale do Tejo**

Duarte da Conceição Henriques Soares Leandro

**Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão do Território:
Planeamento e Ordenamento do Território**

Outubro, 2016

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território, realizado sobre a orientação científica da Professora Margarida Pereira

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à minha família, pois sem eles esta fase e este objetivo não eram possíveis de concretizar, o seu apoio e compreensão foram sem dúvida muito importantes.

Em segundo às minhas orientadoras, a Professora Margarida Pereira (orientadora científica) e a Dr^a Linda Irene Pereira (orientadora na instituição de acolhimento), por toda a dedicação e apoio prestado ao longo deste último ano e que se demonstraram essenciais para a construção do relatório.

Em seguida a todos os meus amigos que, de forma direta ou indireta, fizeram parte deste meu último ano e que, muitas vezes, nos momentos mais difíceis, não me deixaram desistir, demonstrando compreensão e vontade de ajudar, estando sempre a meu lado.

Por último, mas sem ordem de preferência, quero agradecer a todos aqueles que me acolheram de forma tão calorosa na CCDDR LVT e permitiram que, mais do que um estagiário, fosse um colaborador, um colega. Estou-lhes grato por tudo o que aprendi com eles e por todos os projetos em que pude participar, sentindo sempre que acreditavam em mim.

Contributos para a elaboração de um REOT à escala regional: aplicação à Região de Lisboa e Vale do Tejo

Duarte Leandro

Resumo

Palavras-chave: Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, Indicadores, Avaliação do Território, Plano Regional de Ordenamento do Território

Este relatório de estágio resulta do trabalho desenvolvido na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCRD LVT) na Direção de Serviços de Ordenamento do Território.

O estágio integrou-se num projeto da CCDR LVT orientado para a construção de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) na Região de Lisboa e Vale do Tejo, para dar cumprimento às exigências legais provenientes da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBGPPSOTU). De facto, apesar do anterior quadro legal exigir às CCDR a elaboração dos REOT regionais, de dois em dois anos, apenas o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) foi sujeito a exercícios de avaliação e monitorização, o mesmo não acontecendo com o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML).

Na legislação agora em vigor os REOT permanecem, mas a sua realização à escala regional passa a ser obrigatória de quatro em quatro anos, com o intuito de relatar o estado do território e o impacto que as políticas tiveram no mesmo.

Durante os seis meses de estágio foi possível participar na definição da metodologia para a elaboração do Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), nomeadamente na construção da matriz *swot*, que sintetiza o estado do território atualmente, no planeamento da estrutura do relatório e na construção do sistema de indicadores. Esta última tarefa revelou-se um processo moroso e complexo, mas essencial para obter uma leitura correta do território.

Com escassos exemplos de REOT regionais, o presente relatório pretende demonstrar que, mais do que estar disposto na lei a obrigatoriedade da sua realização, o REOT é um documento de apoio ao planeamento e ordenamento do território, através dos seus conteúdos e de tudo o que este representa. Não obstante, é pretendido também destacar algumas das dificuldades sentidas na execução das tarefas realizadas, em particular com a obtenção de dados estatísticos adequados.

Contribution on the elaboration of an REOT at a regional scale: appliance to Lisbon and Tagus Valley Region

Duarte Leandro

Abstract

Key-words: Report about the State of Spatial Planning of the Territory, Indicators, Territory Evaluation, Regional Plan of Spatial Planning

This internship report results from the work developed at “Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCRD LVT)”, specifically on its “Direção de Serviços de Ordenamento do Território”.

The internship was integrated on a project from CCDR LVT geared towards the making of a “Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT)” on Lisbon and Tagus Valley Region, with the purpose of complying to the legal requirements of “Lei das Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo”. Despite the fact that the previous legal framework required to all CCDR the preparation of regional REOT every two years, only the “Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo” was under evaluation and monitoring, the same not happening with the “Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT)” of the Metropolitan Area of Lisbon.

The REOT are kept in the legislation now in use, but they’re execution is only obligatory every four years, when it comes to PROT. This has the objective of reporting the state of the territory in the present and the impact of political measures over the same.

Throughout the six months internship it was possible to take part in the building of a methodology to elaborate the REOT, namely in the construction of a swot matrix that synthesizes the state of the territory at the moment, in the planning of a structure for the report and the making of the indicators system. The construction of the indicators system revealed itself as a lengthy and complex process, but essential to obtain a clear and correct reading of the territory.

With few examples of REOT at a regional level, the present report yearns to show that, more than just comply with the law, this is an important supporting document to the spatial planning of the territory, through its contents and everything it represents. Nonetheless, there’s necessity to highlight of the hardships felt, like the attainment of statistic data.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Lista de abreviaturas.....	ix
1. Introdução	1
1.1. Âmbito do Estágio	1
1.2. Contexto/pertinência da temática	1
1.3. Objetivos do relatório	2
1.4. Estrutura do relatório	3
Capítulo I – Enquadramento Teórico.....	5
2. A avaliação no processo de planeamento	5
2.1. Avaliação de planos territoriais	5
2.1.1. Diferentes tipos de avaliação e os seus contributos para o processo	8
2.1.2. Indicadores para avaliação do território	9
2.2. A avaliação do território em Portugal: os Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território	14
Capítulo II – Instrumentos de Gestão Territorial	18
3. Evolução do quadro legal e da estrutura do sistema.....	18
4. Planos Regionais de Ordenamento do Território: monitorização e avaliação.....	21
Capítulo III – Contributos para a elaboração de um REOT à escala Regional	25
5. Processo de monitorização do PROT OVT – exemplo	25
6. O PROT AML, ponto de partida para o REOT AML	27
6.1 PROT AML	27
6.2. Elaboração da matriz <i>swot</i> da Área Metropolitana de Lisboa	28
7. Contributos para o REOT LVT	30
7.1. Construção de indicadores.....	30
7.1.1. Pesquisa e tratamento de indicadores	30
7.1.2 Seleção de indicadores	31

7.1.3. Elaboração de fichas de indicadores por temáticas ou domínios	35
7.2. Definição da estrutura do REOT LVT	36
8. Considerações finais	38
Bibliografia.....	40
Anexos.....	44
Indicadores de contexto	51

Lista de abreviaturas

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AEI	Avaliação Estratégica Impactes
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
DGOTDU	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção Geral do Território
EDEC	Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
EDS	Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável
ESPON	<i>European Observation Network for Territorial Development and Cohesion</i>
ETN	Estratégia Territorial de Navarra
IGT	Instrumento de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
LBGPPSOTU	Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
LBPOTU	Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo
MAOTDR	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
OT	Ordenamento do Território
PARL	Plano de Ação Regional de Lisboa

PDM	Plano Diretor Municipal
PIB	Produto Interno Bruto
PROT-AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PROT-OVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
RAA	Região Autónoma dos Açores
REOT	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
REOT AML	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
REOT RLVT	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo
SGT	Sistema de Gestão Territorial
SIDN	Sistema de Indicadores de Desempenho Nacional
SIDS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SIUG	Sistema de Indicadores Urbanos Regionais
UE	União Europeia

1. Introdução

O presente relatório de estágio sobre o título *Contributos para a elaboração de um REOT à escala regional: Aplicação à Região de Lisboa e Vale do Tejo*, destina-se à obtenção do grau de mestre em Gestão do Território: Planeamento e Ordenamento do Território pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

1.1. Âmbito do Estágio

O estágio decorreu na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), na Direção de Serviços de Ordenamento do Território, com a orientação da Dr.^a Linda Irene Pereira, entre os meses de Outubro de 2015 e Maio de 2016.

Na sequência do novo regime jurídico de ordenamento do território e urbanismo, e de modo a preparar a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT AML), reconduzindo-o à figura de Programa Regional, a CCDR considerou necessário proceder à aferição do estado do ordenamento do território da AML bem como avaliar a execução do PROT AML em vigor.

Neste contexto, a CCDR LVT entendeu oportuno o envolvimento de um estagiário para apoiar a elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da AML, cujo contributo passou pela realização de diversos exercícios que irão incorporar este relatório.

O estágio teve como objetivo central apoiar o desenvolvimento de contributos para a elaboração de um REOT aplicado à Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente a construção de um sistema de indicadores, a elaboração de uma matriz *SWOT* e a definição da estrutura do relatório.

No decurso do estágio a CCDR decidiu alargar o âmbito do REOT da Área Metropolitana de Lisboa para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, pelo que o objetivo do estágio e as tarefas inicialmente definidas foram ajustadas aos objetivos da instituição de acolhimento, facto que mereceu a concordância da coordenação científica do estágio.

1.2. Contexto/pertinência da temática

A avaliação no planeamento territorial surge consagrada na 1^a Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei 48/98, de 11 de agosto) e no 1^o Regime

Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (Decreto Lei nº 380/99, de 22 de setembro). A lei prevê que as entidades responsáveis pelos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) promovam “(...) a permanente avaliação da adequação e concretização da disciplina consagrada nos mesmos” (Lei 48/98: artº144º), com o objetivo, nomeadamente, de assegurar a concretização dos fins do plano tanto ao nível de execução como dos objetivos a médio longo prazo. Neste sentido, é determinada a obrigatoriedade de elaboração de REOT ao nível nacional, regional e local, de 2 em 2 anos (Lei 48/98: artº 146º). Apesar destas orientações, a sua aplicação foi incipiente ou não chegou a acontecer como preconizado.

O diploma que revê o RJIGT altera a periodicidade de realização dos REOT às escalas regional e municipal. A “Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional elabora, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível regional, que deve traduzir o balanço da execução do programa regional objeto de avaliação, bem como “dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão” (Decreto-Lei 80/2015: artº 189º).

O contexto de grande instabilidade que afeta os territórios no presente provoca quer dinâmicas inesperadas, quer um desajustamento precoce dos instrumentos de planeamento em vigor para esses territórios. Esta incerteza económica, social e ambiental exige uma capacidade de alerta e prevenção, através de metodologias que, aplicadas às diferentes figuras de planos, permitam calcular os seus impactes e até medir a sua exequibilidade no que toca a decisões tomadas (objetivos e estratégias) nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), aos níveis local, regional ou nacional.

A monitorização e avaliação dos Instrumentos de Gestão Territorial tornam-se assim essenciais para medir, através de indicadores em diversos âmbitos (social, económico, ambiental, entre outros), a eficiência dos mesmos, os seus resultados e ainda para aprender com os erros cometidos de modo a evitar a sua repetição.

1.3. Objetivos do relatório

O relatório tem como objetivos gerais: discutir o papel da avaliação no processo de planeamento e identificar os contributos decorrentes do estágio para o Relatório sobre o estado do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo (REOT RLVT).

O primeiro objetivo geral compreende os temas subjacentes à componente teórica, como a avaliação dos planos territoriais, os REOT e indicadores. A exploração do mesmo tem como objetivos específicos: identificar a importância da monitorização no sistema de planeamento nacional destacando o exemplo dos REOT; entender o enquadramento legal dos IGT e a avaliação dos PROT. Estes pontos pretendem ser um contributo para a consciencialização e reflexão sobre a importância e da avaliação dos PROT.

O segundo objetivo aborda a componente prática do relatório, onde são relatadas as atividades efetuadas no estágio, dando cumprimento ao programa fixado para o mesmo. As ações realizadas têm como objetivos: compreender os passos necessários à construção de alguns elementos que constituem um REOT e demonstrar as dificuldades associadas à sua conexão e expor os principais resultados.

1.4. Estrutura do relatório

A elaboração do relatório tem como principal suporte o trabalho efetuado no âmbito do estágio.

Como ponto de partida, no Capítulo I, procede-se ao aprofundamento teórico da temática da avaliação no processo de planeamento. Neste capítulo explora-se a “Avaliação no processo de planeamento” e a “Avaliação do território em Portugal” destacando o Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território.

O capítulo II é dedicado aos “Planos Regionais de Ordenamento do Território no Sistema de Gestão Territorial” sobre os quais incide o REOT. Apresenta-se a “Evolução do quadro legal e da estrutura do sistema” e ainda os “Planos Regionais de Ordenamento do Território: monitorização e avaliação”.

O capítulo III descreve as atividades realizadas no estágio, que deram origem aos contributos para a elaboração do REOT. Está dividido em 8 pontos: o primeiro corresponde ao “Processo de monitorização do PROT OVT – exemplo”; em seguida “O PROT AML, ponto de partida para o REOT AML” do qual faz parte a construção da matriz *swot* e a elaboração de uma matriz de ponderação entre os objetivos e os indicadores do PROT; por fim “Contributos para o REOT LVT” em que se apresenta os métodos para a pesquisa e tratamento de indicadores, os exercícios realizados para a seleção dos indicadores, posteriormente a construção de fichas de indicadores e por fim a formulação do índice.

Por último são apresentadas as considerações finais que resultam não só da exploração teórica do tema, como das atividades realizadas ao longo do estágio.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

2. A avaliação no processo de planeamento

No contexto nacional a avaliação do território ganha relevância com a publicação da Lei nº48/98, de 11 de agosto, na perspetiva de atualização das políticas face às dinâmicas territoriais que ocorrem.

A avaliação é uma constante no processo de planeamento e ordenamento do território. Pretende: i) medir o alcance dos objetivos que foram pré estabelecidos, a adequação dos meios de alcance dos objetivos, a implementação dos métodos selecionados; ii) obter informação possível de adicionar à tomada de decisão/implementação posteriormente diferida (Oliveira, 2013).

A avaliação no processo de planeamento é vista como um meio que possibilita a avaliação, de forma constante, da implementação dos instrumentos de gestão territorial, no que diz respeito às suas políticas e objetivos, como aos projetos de ação que dele advêm, permitindo disponibilizar as provas indispensáveis para que se corrija o caminho que está a ser traçado pelos planos. Deste modo, são atingidos os meios necessários para a alteração, revisão ou suspensão dos planos, determinando ainda o nível de adequação das políticas, tendo em conta a realidade do território em permanente transformação (Silva, 1997).

2.1. Avaliação de planos territoriais

A prática da avaliação é recente em Portugal. No entanto, a sua importância no sistema de planeamento tem vindo a ser reconhecida para uma maior eficiência dos IGT. Segundo Porteiro, Costa e Barroso (2015) a União Europeia (UE) tem assumido um papel fundamental na construção de indicadores e dos sistemas de informação associados, bem como no desenvolvimento dos conceitos e metodologias ligadas à monitorização e avaliação de políticas e programas.

Conforme consta no relatório da Comissão Europeia, a construção do sistema de avaliação e monitorização tem de obedecer a alguns critérios (CE, 2008):

- **Relevância** - Confirma se os objetivos do programa se adequam aos problemas e às necessidades do setor ou do território nas suas várias escalas;
- **Eficácia** - Identifica de que forma é que os objetivos estão a ser atingidos, identificando as dificuldades e os sucessos da sua implementação e a

concretização das medidas e ações previstas no programa, assim como permite que se discuta a adequabilidade do caminho tomado;

- **Eficiência** – Procura averiguar a importância dos resultados obtidos e/ou os efeitos atingidos em relação aos recursos/*inputs* que foram mobilizados.

A realização da avaliação coloca várias questões, nomeadamente: Avaliar para quê? Avaliar quando? Avaliar com que base?

Breda-Vásquez e Conceição (2010) identificam 5 propósitos para se avaliar, tentando assim dar resposta a estas questões:

1. Contribuição para a tomada de decisão sobre o melhor uso dos recursos, contribuindo assim para a eficiência do plano;
2. Verificação os resultados obtidos;
3. Contribuição para uma gestão melhor e desenvolvimento dos programas, no que toca à sua implementação;
4. Obtenção de conhecimentos importante para os próximos programas e para percepção das relações de causa-efeito;
5. Contribuição para o fortalecimento institucional no que toca à construção dos programas, bem como a participação dos diferentes autores.

As metodologias de avaliação são múltiplas, tendo de ser ajustadas às especificidades do que se pretende avaliar (políticas, programas, planos).

Talvez por ser uma temática pouco estudada, são inúmeros os autores que identificam os problemas e dificuldades sobre avaliação dos planos ou programas territoriais. Alves (2007) aponta 3 problemas do objeto da avaliação: i) o carácter horizontal das políticas, por serem a diferentes níveis territoriais, a multiplicidade de agentes e instrumentos que envolve, o que dificulta a que se atinja causas e efeitos; ii) as relações de interdependência com as diferentes políticas, estando deste modo a avaliação sempre dependente, dificultando o isolamento de objetivos e de instrumentos; iii) a própria natureza dos instrumentos, ou seja, o facto de estes serem normativos, regulamentares e o seu período de vigência, por vezes demasiado longo, não permitindo a visualização dos resultados.

Não existindo uma metodologia definida e universal, são consensuais alguns princípios que convergem em determinados pontos.

Carmona e Silves (2004), identificam três requisitos para o processo de avaliação:

1. Uma avaliação multidimensional, indicando posteriormente doze dimensões consideradas como alicerces da avaliação em planeamento;
2. Uma avaliação que privilegie a diversidade metodológica e os seus instrumentos;
3. Uma avaliação focada e que saliente a importância dos intervenientes no processo de avaliação.

Roberts (2006) identifica 8 requisitos:

1. Avaliação presente em todas as fases do processo de planeamento;
2. Avaliação transparente;
3. Avaliação participada ao longo de todo o processo;
4. Um sistema de indicadores presente em todos os exercícios realizados;
5. Uma metodologia de avaliação de base regional;
6. Uma participação efetiva e de apoio mútuo entre todos os intervenientes;
7. A avaliação tem que adotar mecanismos que sejam capazes de identificar as alterações que ocorrem na região;
8. A avaliação que garanta a correspondência entre o objeto de avaliação e a metodologia adotada.

Ao comparar os requisitos apontados pelos dois autores, verifica-se uma convergência de ideias. É clara a importância de uma avaliação participada, transparente e de interajuda durante todo o processo, bem como uma avaliação multifuncional, na sua elaboração e no seu propósito.

A avaliação pode ser vista como uma obrigação perante o que está disposto na legislação e nos regulamento (Alves, 2007). Porém, mais do que uma imposição legal, a avaliação deverá ser entendida como parte integrante do processo de planeamento, como essencial para a aferição dos impactos das políticas territoriais e como veículo de aprendizagem.

Segundo o mesmo autor, citando a Comunidade Europeia, existem quatro perspetivas da utilidade da avaliação de políticas e programas:

1. Utilidade cognitiva – corresponde à necessidade de compreender melhor a realidade em que se está a trabalhar, bem como, entender qual o que resulta das intervenções sobre essa mesma realidade;
2. Utilidade substantiva – fundamentando retroações, reconceptualizações, redefinições e reorientações de objetivos, estratégias, por exemplo;
3. Utilidade instrumental – melhora a execução e gestão, a reprogramação e transferências financeiras, reforça orçamentos, corrige os procedimentos de gestão e de administração;
4. Utilidade normativa – revela a importância de formular ideias próprias sobre as políticas, os planos e os programas (Alves, 2007).

Estes quatro fundamentos constituem a justificação do porquê da necessidade de avaliação. Torna-se assim explícito que avaliar é mais do que cumprir a lei, é fundamental para assegurar um planeamento mais justo e que beneficie, sobretudo, os territórios, o ambiente e as populações.

2.1.1. Diferentes tipos de avaliação e os seus contributos para o processo

Ao avaliar pretende-se aferir, em diferentes momentos do processo de planeamento (*ex-ante*, *on-going* e *ex-post*), quais os impactes das políticas e dos planos, em termos ambientais, económicos e sociais no território e nas populações, medir o alcance dos objetivos pretendidos para que se possam estruturar possíveis alternativas, mas também espera-se que com estes exercícios os decisores e técnicos possam aprender com os erros cometidos e com a experiência adquirida.

Visto no estágio se ter trabalhado em volta do PROT OVT, nomeadamente dos seus Relatórios de Monitorização e Avaliação e do PROT AML, importa explorar um pouco sobre avaliação *ex-post*.

A avaliação de *ex-post* de objetivos ou de resultados tem como finalidade aferir de que modo é que a implementação do plano ou programa se concretizou e quais os seus resultados no território sobre o qual incidia, em particular os que não estavam previstos, avaliando a sua eficácia. Assim, pressupõe-se a existência de objetivos

previamente definidos e de critérios de sucesso explicitados de forma operacional e capazes de serem medidos (Guerra, 2002).

Este tipo de avaliação “desempenha um papel relevante na medição do grau de concretização dos objetivos num horizonte que permita esclarecer não só as questões da utilidade, como da sustentabilidade (pois verifica-se que de algum modo, a exigência de uma lógica de prestação de contas que implica a preocupação com uma maior valorização da eficácia) ” (Gomes e Santos, 2012: pág. 17).

2.1.2. Indicadores para avaliação do território

Oliveira (2013) define indicador como um valor com a capacidade de transmitir através de números informações sobre um dado território, de forma sintética, apresentar a evolução dos resultados, analisar as consequências das decisões tomadas, concretizar valores sociais e ainda monitorizar e avaliar os instrumentos e as políticas, com recurso à definição de objetivos.

Os indicadores são ainda considerados como critérios com particular importância no que toca à reflexão sobre certas condições dos sistemas que se pretende analisar, por norma são realizados tratamentos de dados originais como médias, medianas ou percentis (Lopes, cit. in. DGA, 2000).

A economia foi das primeiras áreas científicas a utilizar indicadores, com o fim de verificar os seus resultados. No entanto a utilização dos indicadores aumentou com a afirmação de outras ciências, como forma dos decisores políticos e cidadãos terem acesso à informação. Com o desenvolvimento económico do século XX, apareceram as preocupações com o meio ambiente e com elas a necessidade de indicadores específicos que medissem o impacto nocivo das políticas no ambiente (Lopes, 2011).

Como meio de aprendizagem importa olhar para os exemplos de outros países. Deste modo, apresenta-se o “Sistema de Indicadores do estado do ordenamento do território de Berna, Suíça. A informação apresentada resulta de um documento técnico elaborado por Elisa Vilares, em 2010, numa publicação da DGOTDU, intitulada “Sistema Nacional de Indicadores e Dados-base sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Análise Exploratória de sistemas de indicadores como instrumentos na avaliação de políticas públicas”.

Berna (Suíça) – Indicadores de observação do estado do ordenamento do território

“A definição de indicadores para o ordenamento do território no cantão de Berna constitui um instrumento para a observação do território e para a avaliação das políticas de ordenamento do território. (...) A observação do território é realizada com base em análises temáticas de setores – Economia, Transportes Públicos e Agricultura – da questão considerada mais relevante no âmbito do ordenamento do território – a urbanização – e de outras questões contextuais, como demografia. O sistema de indicadores associado é minimal, mas é possível captar dele as dinâmicas e tendências mais relevantes abordadas pelo Plano Cantonal.

(...) A avaliação das políticas, realizada pelo menos uma vez por legislatura, foca-se nos resultados obtidos, através da análise de um conjunto de indicadores considerados relevantes com base nos objetivos do plano cantonal e na identificação das causas institucionais e legislativas que justificam esses resultados” (DGOTDU, 2010, pág. 39-41). Os indicadores do Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Berna encontram-se em anexo (Anexo 1).

Em Portugal, também a construção de um sistema de indicadores é parte importante da avaliação a que os planos e programas estão sujeitos, tal como previsto na lei, exemplo disso é o trabalho realizado nos Açores.

“A Região Autónoma dos Açores (RAA), tem desenvolvido nos últimos anos “um Sistema de Gestão Territorial (SGT) suportado num diversificado número de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), tanto de escala regional como municipal e ainda de natureza especial, focalizado em territórios específicos, (...) fruto deste processo a RAA possui atualmente uma elevada densidade de instrumentos em vigor, (...) neste contexto afigura-se fundamental o desenvolvimento de um sistema de indicadores que permita monitorizar e avaliar a implementação e execução dos Planos, bem como as transformações geradas” (Porteiro, et. al., 2015, pág. 730).

Ao fazerem a correspondência entre os indicadores e os IGT depararam-se com algumas dificuldades a quando do levantamento dos objetivos estratégicos da RAA e dos IGT da mesma: “os objetivos dos IGT, têm muitas vezes, uma expressão demasiado vaga e ampla; os objetivos estratégicos específicos inscritos nos IGT nem sempre correspondem fielmente à missão que a legislação que enquadra o IGT estabelece, visando determinadas áreas e domínios que não têm cabimento naquele tipo de instrumentos; existem algumas dimensões fundamentais para o desenvolvimento da

Região, e que estão expressas nos instrumentos de política regional, que não encontram reflexo nos objetivos dos IGT” (Porteiro, et. al., 2015, pág. 732).

A construção do sistema de indicadores foi desenvolvida em cinco passos:

1. “Levantamento sistemático dos objetivos estratégicos e específicos dos IGT da RAA;
2. Classificação dos objetivos identificados;
3. Organização e consolidação dos macro objetivos e dos domínios e subdomínios temáticos de incidência para cada grupo de IGT;
4. Verificação da coerência entre listagem de macro objetivos e domínios e subdomínios temáticos e os objetivos do PROTA;
5. Definição dos indicadores com maior afinidade com cada um dos subdomínios temáticos de cada macro objetivo.” (Porteiro, et. al., 2015, pág 732 - 733).

Por outro lado, no caso do PROT Algarve, a Resolução do Conselho de Ministros nº 102/2007, de 3 de agosto, que o aprova, determinou a criação de um observatório para apoiar a sua avaliação e monitorização. Os indicadores do PROT foram escolhidos com base em 6 pontos que permitiram atingir os seus objetivos de sustentabilidade:

1. **“Igualdade e inclusão social** (acesso a todos os serviços básicos adequados e a bom preço, por exemplo, educação, emprego, saúde, habitação, formação, transporte, etc.);
2. **Governo local** – participação da comunidade local no planeamento e nos processos de decisão;
3. **Relação local/global** – satisfação das necessidades locais a nível local, da produção ao consumo e à satisfação de necessidades que não é possível satisfazer localmente de forma mais sustentável;
4. **Proteção do ambiente** – adoção de uma abordagem ecossistémica, aumentando a diversidade e reduzindo, ao mínimo, a utilização dos recursos naturais, nomeadamente dos solos, produção de resíduos e emissão de poluentes;
5. **Património cultural/qualidade do ambiente** – proteção, preservação e restauro/reabilitação dos valores históricos, culturais e arquitetónicos, reforçando o carácter atrativo e funcional dos espaços e edifícios e meio urbano e rural;

6. **Economia local** – adaptação das capacidades e necessidades locais de forma que ameace o menos possível os recursos naturais, o ambiente e a paisagem” (CCDR Algarve, 2009, pág. 8-9).

Por sua vez o PROT OVT, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 06 de agosto, no âmbito do sistema de monitorização, avaliação e gestão, definiu indicadores de realização e de resultado:

- a) “Os indicadores de realização / implementação são medidos em unidades físicas ou monetárias. Têm a função de acompanhar a implementação das disposições do PROT.
- b) Os indicadores de resultados / efeitos, causados pelo Plano. Fornecem informações sobre as alterações, no comportamento, na capacidade ou no desempenho dos beneficiários diretos. Têm a função de acompanhar os efeitos nos sistemas ambiental, social, económico e institucional, resultantes da implementação do PROT. Estes indicadores servem igualmente definidos no âmbito desse processo” (CCDR-LVT, 2011, pá 34).

No processo de reformulação dos indicadores, desenvolvido aquando da elaboração dos relatórios de monitorização e avaliação, “(...) considerou-se que os de realização seriam aferidos no âmbito da avaliação do Programa de Execução, centrando o sistema de indicadores na ótica dos resultados / efeitos, podendo, também, servir os objetivos da AAE. (...) A lista reformulada de indicadores do PROT OVT integra um conjunto de 49 indicadores (menos 25 do que estabeleceu a Resolução de Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 06 de agosto), que permitem avaliar os quatro eixos estratégicos; estão apresentados em forma de matriz na medida em que existem indicadores que contribuem para a avaliação de mais do que um eixo estratégico” (CCDR-LVT, 2011, pá 35-36).

Os indicadores de avaliação medem os resultados dos planos e programas no território nos seus diversos âmbitos. A UE através do *European Observation Network for Territorial Development and Cohesion* (ESPON) elaborou um documento orientador (*European Territorial Monitoring System*) para os estados membros de modo a que a monitorização contínua possa fornecer informações relevantes sobre as políticas territoriais dos seus países e para que se possa aferir as tendências que ocorrem nas

regiões europeias, regiões metropolitanas e cidades tendo em conta os objetivos da política e das prioridades da Estratégia Europa 2020, de coesão da UE (ESPON, 2014).

O documento identifica cinco dimensões:

- **“Competitividade económica** – economias, inovadoras, eficazes e abertas;
- **Qualidades ambientais** – eficiência energética, gestão da qualidade ambiental, dos solos e dos potenciais recursos;
- **Capital Humano** – movimento de pessoas, envelhecimento, qualificação e educação;
- **Inclusão social** – criação de postos de trabalho para todos, padrões de vida/território atrativo, promoção da inclusão social e espacial e eficientes modos de prestação de serviços;
- **Acesso aos territórios e a serviços** – integração social e acessibilidade, padrões de cooperação mais densos, complemento das infraestruturas digitais” (ESPON, 2014, pág. 8).

Um Sistema de Indicadores pode abranger as componentes económicas, sociais, ambientais, urbanas, entre outras, e deve ter em conta critérios para a sua seleção, e estes devem “obedece a um conjunto de critérios políticos e comunicacionais que garanta a sua qualidade, fiabilidade e utilidade” (DGOTDU, 2010, pág43). Segundo os Sistemas Nacional de Indicadores e Dados-base sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, da DGOTDU, os critérios que pesam na escolha dos indicadores serão a coerência política, a disponibilidade da informação, apreensibilidade, adequação aos utilizadores, sensibilidade ao contexto, comparabilidade, robustez e fiabilidade científicas e a definição de valores. Estes indicadores deverão também assentar “na disponibilização de dados de base, na possibilidade de intercalibração, de comparação entre critérios, de facilidade e rapidez na determinação e interpretação, que reflita o grau de importância, a validação científica, a sensibilidade do público-alvo, o custo de implementação e a possibilidade de ser rapidamente atualizados” (Lopes, 2011, cit. in. DGA, 2000).

2.2. A avaliação do território em Portugal: os Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território

A avaliação das políticas públicas em Portugal é recente e deriva das imposições europeias para a obtenção de financiamento (Ferrão e Mourato, 2010), através dos quadros de referência estratégicos.

Como já foi explicitado, os REOT são um instrumento de monitorização previsto na legislação portuguesa, mas são também um dos principais focos deste relatório, o que justifica o seu destaque.

Nos anos 90 deu-se o início "profissional" para a aplicação da avaliação de políticas públicas, mas foi também o período em que surgiram os primeiros estudos sobre esta temática com base em metodologias e exemplos de outros países.

A política pública do OT em Portugal nasce oficialmente em 1998 com a publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei nº 48/98), que "define e integra as ações promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspetiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento do país, das diferentes regiões e aglomerados urbanos" (artigo 2, alínea b). Apesar da avaliação ter sido integrada num processo mais amplo que não só o territorial (Ferrão e Mourato, 2010), com a LBPOTU ganhou um grande impulso, visto a lei prever essa prática.

Segundo o artigo 28º da LBPOTU, a avaliação do território terá de ser feita através de um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT), elaborado de dois em dois anos pelo Governo, pelas Juntas Regionais e pelas câmaras municipais, que incidam nos Instrumentos de Gestão Territorial nas suas diferentes escalas (Nacional, Regional e Local).

A LBPOTU define que os REOT “traduzem o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão”. Para além do governo os REOT também são elaborados, de quatro em quatro anos, pela CCDR no âmbito dos PROT e pela câmara municipal no âmbito dos PDM.

Em 2014 entra em vigor a nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo (LBPPSOTU), Lei nº 31/2014 de 30 de maio, que introduz alterações à lei anterior.

A Lei nº 31/2014, de 30 de maio, no seu artigo 72º, determina que “o Governo apresenta à Assembleia da República, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado dos programas e planos territoriais, no qual é feita a avaliação da execução do programa nacional das políticas de ordenamento do território e são discutidos os princípios orientadores e as formas de articulação das políticas sectoriais e regionais com incidência territorial”. Importa salientar que de uma lei para a outra não existem alterações neste domínio.

A avaliação do território não evoluiu só em termos legais e de Políticas Europeias, importa também olhar para a própria evolução do conceito. Numa primeira fase as metodologias de avaliação eram de cariz mais físico (uma visão física da Política de Ordenamento do Território), com preocupações de contenção da ação do setor público e do orçamento (Alves, 2007), mas também era normativa e rígida, de regulamentação de usos do solo (Ferrão e Mourato, 2010). A segunda fase advém de um processo evolutivo. Guba e Lincoln (1998, cit. In Alves, 2007, pág:411) identificam quatro gerações do processo evolutivo: a primeira centrada na descrição dos efeitos na sociedade derivados das intervenções públicas; a segunda baseada nas relações causa-efeito; a terceira focada na concretização dos objetivos e a quarta sobre a avaliação de forma participada.

Neste processo de passagem da avaliação de cariz físico para uma avaliação estratégica, processual e com o incremento da governança, Ferrão e Mourato (2010) atribuem a responsabilidade ao processo de "europeização". Os autores identificam vários efeitos: i) do EDEC e os seus princípios e conceitos para o futuro do território Europeu; ii) das iniciativas comunitárias como URBAN, do Leader e INTERREG; iii) o planeamento estratégico por influência de grandes operações como os Jogos Olímpicos, por exemplo; iv) o ESPON com as suas divulgações científicas.

Esta nova abordagem dos processos de avaliação participada e mais estratégica traduz-se numa abordagem pós-positivista.

Em Portugal vários municípios realizaram os seus REOT, nomeadamente da Amadora, do Porto, Lisboa, V. de Gaia e Lourinhã, embora sem a periodicidade prevista

na lei (2 em 2 anos). À escala regional destaca-se o REOT dos Açores, elaborado com base nos seguintes princípios:

- “Baseado em evidências científicas defensíveis;
- Holístico e integrado: considerando as forças socioeconómicas, as respostas ambientais, as ações legislativas/regulatórias, bem como as trocas físicas e interações entre os diferentes meios ambientais e níveis territoriais;
- Registo atual e apreciação sumária da atuação da Região ao nível do Ordenamento do Território” (REOT Açores, 2003, pág 18).

“A elaboração dos REOT deve evidenciar os aspetos que possam justificar o aperfeiçoamento dos planos e seus mecanismos e refletir as funções essenciais do plano tendo em conta a sua inserção no processo de planeamento: função mais estratégica e indicativa, função mais normativa e de controlo das iniciativas dos atores, e função de integração e de coordenação” (Prada, 2008, pág 47).

Prada (2008) propõe, com a finalidade de uniformizar o REOT, uma estrutura que ajudará no processo de construção e na tomada de decisão. Tendo em conta que os territórios não são iguais, a autora acredita ser necessário acrescentar alguns pontos que respondam as especificidades do território em causa. Na sua ótica o REOT deverá apresentar:

1. **Introdução** – onde se explicita o contexto atual dos trabalhos e do ordenamento do território e se aborde o sistema de monitorização;
2. **Avaliação do estado do território** – em termos económicos, sociais, ambientais, mobilidade, entre outros temas que acompanhem a transformação do território. Esta análise deve ser efetuada com recurso a sistema de indicadores que ajudem na leitura das transformações;
3. **Avaliação do enquadramento estratégico e de planeamento** – elaboração de um enquadramento dos instrumentos de ordenamento, onde se meça o grau de implementação e adequação dos instrumentos de gestão territorial. Também devem ser analisados o grau de concretização das estratégias e objetivos para o território em estudo;

4. **Considerações finais** – Síntese da avaliação e dos seus resultados, a identificação de novas metas e medidas a implementar e as melhorias necessárias ao processo.

Capítulo II – Instrumentos de Gestão Territorial

3. Evolução do quadro legal e da estrutura do sistema

O sistema de gestão territorial em Portugal é complexo em matéria legislativa, o que pode gerar problemas na sua operacionalização (APG, 2009). Deste modo importa passar em revista a evolução da legislação mais relevante sobre o OT.

O OT entra na legislação portuguesa através da aprovação do Plano Nacional da Política de Ambiente, Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/ 95, de 21 de abril, onde este se vê analisado em quatro pontos:

- “Integração das questões ambientais nos Planos;
- Ambiente Urbano e Cidades de Média Dimensão;
- Enquadramento das Estatísticas na Política do Ambiente em Portugal;
- Áreas de Atuação e Principais Medidas” (Papudo, 2007, pág 101).

Mas é com a publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU), Lei nº 48/98, de 11 de agosto, que este ganha jurisdição própria. A lei define que a política de ordenamento do território e de urbanismo integra as ações promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspetiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do país, das diferentes regiões e aglomerados urbanos.

A Lei surgiu do culminar de um processo de evolução que teve início nos anos 30 do século XX, atingindo em 1998 o nível de “maturidade” no que respeita ao planeamento e gestão territorial (Caldeira, 2008).

A LBOTU concretiza, assim, um novo conceito de sistema de gestão territorial que, apesar de possuir alguns elementos em comum com a anterior legislação, é em determinados aspetos, substancialmente diferente (Papudo, cit. in: Oliveira, 2000).

Com a necessidade de atualização da lei, surge, passados 16 anos, a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPSOTU), Lei nº 31/2014, de 30 de maio. Esta tem como finalidades (artigo 2º):

- “Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais (...);

- Garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial, a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário (...);
- Aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos (...);
- Salvaguardar e valorizar a identidade do território nacional, promovendo a integração das suas diversidades e da qualidade de vida das populações;
- Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem;
- Regenerar o território, promovendo a requalificação de áreas degradadas e a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal
- Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva”.

No que concerne à avaliação, a nova lei trata o assunto de forma mais detalhada. A LBOTU prevê mecanismos que garantem a qualidade dos instrumentos que concretizam a gestão territorial, bem como a criação de um sistema nacional de dados a nível nacional, regional e local sobre o território (artigo 29º), identificando, que será um sistema de indicadores recolhidos pelo estado, regiões autónomas e autarquias locais, que ajudará na promoção e elaboração dos respetivos relatórios de execução, sendo estes posteriormente disponibilizados publicamente (artigo 57º). Depois de aplicado será possível prever ainda se existe a necessidade de alteração, revisão ou revogação dos planos ou programas caso se fundamente em relatórios como os REOT.

Os REOT, previstos no artigo 28º da LBOTU, têm fixada a obrigatoriedade da sua elaboração de dois em dois anos pelo Governo, Juntas Regionais e as Câmaras Municipais. Um ano após a entrada em vigor da LBOTU é aprovado o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro) onde se desenvolve “as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial”.

Por sua vez a LBPPSTU (artigo 72º), indica que o Governo apresentará à Assembleia da República de dois em dois anos o REOT nacional. A par do que

aconteceu com a anterior Lei de Bases, um ano após a aprovação da LBPPSPTU, foi publicado Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

No que concerne aos Instrumentos, ocorreram algumas alterações: i) no âmbito nacional os planos especiais e sectoriais passaram a programas; ii) também no âmbito regional o plano regional de ordenamento do território passou a programa regional; iii) foi criado o âmbito intermunicipal, onde existe agora um programa e três planos (nenhum obrigatório).

A figura 1 compara algumas das principais alterações que a LBPPSPT veio acrescentar à LBOTU em matéria de planos e programas.

Âmbito	LBPOTU – Lei nº 48/98, de 11 de agosto	LBPPSPTU – Lei nº 31/2014, de 30 de maio
Nacional	Programa nacional da política de ordenamento do território	Programa nacional da política de ordenamento do território
	Planos sectoriais	Programas sectoriais
	Planos especiais de ordenamento do território	Programas especiais de ordenamento do território
Regional	Planos Regionais de Ordenamento do Território	Programa Regional
Intermunicipal		Programa Intermunicipal de Ordenamento do Território
		Plano diretor intermunicipal
		Plano de urbanização intermunicipal
		Plano pormenor intermunicipal
Municipal	Plano diretor municipal	Plano diretor municipal
	Planos de urbanização	Planos de urbanização
	Plano de pormenor	Plano de pormenor

Figura 1 - Instrumentos de Gestão Territorial – evolução

4. Planos Regionais de Ordenamento do Território: monitorização e avaliação

O Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) foi criado em 1983 pelo Decreto-Lei n.º 338/83, de 20 de julho, como um meio para “definir as bases biofísicas e as circunstâncias culturais impressas no território, bem como estabelecer os limites do uso e as ações necessárias ao equilíbrio das paisagens, servindo portanto como base indispensável às ações de planeamento concretizadas nos planos e estudos de nível inferior”. Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 380/99, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei 46/2009, é designado como instrumento para o desenvolvimento territorial, passando a ser de natureza estratégica. Deste modo o PROT passa a: definir as diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional; promover, no plano regional, a integração das políticas setoriais e ambientais no ordenamento do território e a coordenação das intervenções e orientar para a elaboração dos PMOT” (MAOTDR, 2006, pág 5)

Entre os anos de 1988 e 2002, foram aprovados e publicados 7 PROT:

- “O PROT do Algarve (DR n.º 11/91, de 21 de março);
- O PROT da Zona Envolvente do Douro (DR n.º 60/91, de 21 de novembro);
- O PROT da Zona Envolvente das Albufeiras da Aguieira, Coiço e Fronhas (DR n.º 22/92, de 25 de setembro);
- O PROT do Litoral Alentejano (PROTALI) (DR n.º 26/93, de 27 de agosto);
- O PROT da AML (RCM n.º 68/2002, de 8 de abril);
- O PROT da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (RCM n.º 70/2002, de 9 de abril);
- O PROT da Zona dos Mármore (RCM n.º 93/2002, de 8 de maio) ” (DGT, 2014, pág 64).

Em 2006 o Governo determinou a elaboração de PROT para todas as regiões do país. “Dos 4 PROT cuja elaboração teve início em 2006, foram aprovados e entraram em vigor apenas 2: o PROT do Oeste e Vale do Tejo (RCM n.º 64-A/2009, de 6 de agosto) e o PROT do Alentejo (RCM n.º 53/2010, de 2 de agosto), tendo ficado os restantes concluídos e a aguardar aprovação pelo Governo” (DGT, 2014, pág 65).

O documento com as “Orientações gerais para a Elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território”, elaborado pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional – Gabinete do Secretário de

Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, apresenta um conjunto de princípios para a elaboração dos PROT:

- “Visão estratégica e prospetiva de base territorial;
- Coerência externa (compatibilidade quer com o quadro legal quer com o enquadramento estratégico nacional e regional);
- Coerência interna (compatibilidade entre as propostas do Plano);
- Perspetiva regional (contemplar o papel da Região como unidade territorial);
- Diversidade regional (definição de unidades territoriais de âmbito sub-regional);
- Integração regional (articulação com outras regiões, nomeadamente regiões vizinhas);
- Integração sectorial territorial (articulação das políticas com incidência territorial);
- Sustentabilidade dos processos de desenvolvimento (conciliar sustentabilidade ambiental, competitividade económica e equidade de oportunidades);
- Integração “pessoas-território” (garantir a correta utilização do recurso território em benefício do ser humano);
- Objetividade das orientações que estabelece (normas orientadoras);
- Eficácia e eficiência de resultados (impacte efetivo como instrumento de planeamento);
- Inteligibilidade em termos de comunicação e apresentação (clareza de ideias e facilidade de leitura por parte dos utilizadores) ”.

“A elaboração e a execução dos PROT exigem por isso a coordenação e o envolvimento de vários sectores da Administração Pública Central e uma concertação estreita com as Autarquias Locais e com os outros atores do ordenamento e do desenvolvimento regional e local” (Catita, 2007, pág 25).

Apesar de, na sua essência, serem instrumentos de planeamento estratégico, o conteúdo material dos PROT, presente no artigo 53º do RJIGT, deve apontar as orientações normativas para os instrumentos de planeamento ao nível municipal, embora sem perder o seu foco como instrumento estratégico (Ferrão e Catita, 2009).

Apesar da estrutura do PROT poder se adequar às particularidades das regiões, o MAOTDR (2002) propõe uma estrutura base, dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo corresponde à **Introdução** - para além do enquadramento legal, institucional e estratégico, também deve constar o âmbito territorial e o conteúdo material e documental; o capítulo dois, **Visão para a Região**, deve apresentar as principais ambições a longo prazo para a região os objetivos globais de desenvolvimento; no capítulo três, **Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)**, devem ser expostos os eixos estratégicos, o modelo territorial (esquema global de ordenamento, sistemas estruturantes e as unidades territoriais) e as interações com as políticas setoriais; o capítulo quatro, **Normas Orientadoras**, ou seja, as orientações para o ordenamento do território e a utilização dos recursos territoriais, deverão ser sistematizadas em normas gerais, específicas (por domínio de intervenção) e específicas (por unidade territorial); o capítulo cinco, **Sistema de Monitorização e Avaliação** para a definição do âmbito e das incidências das atividades de monitorização e avaliação e apresentação dos indicadores.

Após a constituição deste documento fundamental, o relatório deverá conter o enquadramento estratégico, uma síntese da caracterização e diagnóstico, uma síntese prospetiva, o programa de execução e plano de financiamento e por fim, outros documentos que as CCDDR (entidades responsáveis pela elaboração dos PROT) entendam como fundamentais para que se compreenda o que é proposto (MAOTDR, 2002).

Atualmente parte do território nacional está coberto por PROT (exceto as regiões Centro e Norte). Deste modo, é importante que estes sejam eficazes e que todos os agentes e atores do território se revejam neles. Isto “permitirá reforçar a natureza estratégica dos PDM através da especificação de um modelo de desenvolvimento para cada município, concretizando e desenvolvendo, à escala local, as opções regionais. Deste trabalho deverão resultar PDM “de 2ª geração” substancialmente diferentes dos seus antecessores, num processo de reforço do planeamento estratégico municipal” (Catita, 2007, pág. 28).

Na avaliação dos PROT é essencial que não se avalie só os planos, mas também os processos de planeamento. A avaliação dos planos incide sobre os resultados e impactes de implementação. Os critérios de avaliação do processo de planeamento são: “**a coerência externa** (nomeadamente com o PNPO e os planos especiais, em termos

de objetivos, modelo territorial e normativo) e **a coerência interna** (do plano, relacionando nomeadamente os problemas e os recursos regionais com a visão e os objetivos do plano); **a equidade** (avalia a distribuição territorial) e **o impacto** (relacionando os meios envolvidos com os efeitos obtidos) e finalmente o **grau de satisfação** (compara a situação ou diagnóstico inicial com os efeitos do plano) ” (Marques, 2008, pág. 195)

A LBPPSPTU e o RJIGT são claros quanto à necessidade de monitorizar e avaliar os PROT. O RJIGT prevê ainda a criação de um Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo, no âmbito da DGT, responsável pela avaliação do PNPOT e em particular sobre a articulação deste com as ações territoriais. Mais concretamente a lei obriga as CCDDR a elaborarem de quatro em quatro anos um REOT.

Os PROT estão assim obrigados à construção de um sistema de monitorização e avaliação, que “deverá estabelecer regras e critérios para controlo da implementação dos PROT e apresentar indicadores que permitam detetar as tendências de evolução das regiões como resultado dessa implementação (Mascarenhas, 2010, pág. 67). A construção dos sistemas de monitorização e avaliação dos PROT está, por norma, associada à criação de estruturas organizativas e em alguns casos de observatórios.

Capítulo III – Contributos para a elaboração de um REOT à escala Regional

5. Processo de monitorização do PROT OVT – exemplo

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 64 A/2009, de 6 de agosto, com as seguintes opções estratégicas:

1. “Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização através da renovação do modelo de crescimento económico, da qualificação da base territorial, da utilização eficiente das infra -estruturas, do fomento da iniciativa empresarial e da qualificação dos recursos humanos;
2. Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental através da proteção e valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais, do desenvolvimento sustentável das atividades de turismo e lazer, da potenciação das atividades agrícolas e florestais, da produção e gestão da energia e da gestão dos perigos e riscos;
3. Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana através do reforço dos subsistemas urbanos regionais, da qualificação dos centros urbanos, da dinamização do turismo e lazer alternativos e da qualificação dos recursos humanos;
4. Descobrir as novas ruralidades através do reforço da competitividade das fileiras da produção agrícola, florestal e agro -florestal, da consolidação da agricultura de regadio e da inovação na articulação urbano – rural” (RCM nº 64 A/2009).

A aprovação do PROT OVT previa a criação de uma estrutura de acompanhamento para o mesmo. Entre a CCDDR LVT e os interlocutores regionais, no âmbito da elaboração do PROT, foi consensual a necessidade da criação da Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão (EMAG), com o intuito de apoiar e dinamizar a implementação, monitorização e avaliação do plano ao longo do seu horizonte de vigência.

Segundo a RCM nº64-A/2009, de 6 de agosto, a EMAG (figura: 2) “visa assegurar a execução do PROT OVT em condições de alcançar os objetivos e resultados previstos no plano, num processo de participação e concertação estratégica de base

territorial entre as administrações central e local e os agentes associativos económicos, sociais e culturais”.

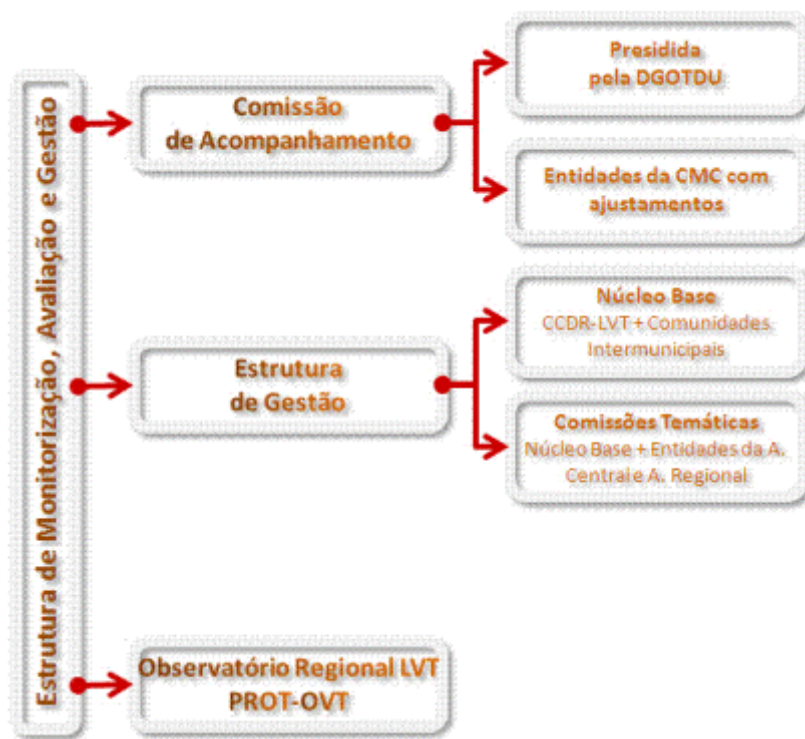


Figura 2 - Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão

Fonte: <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/plano-regional-de-ordenamento-do-territorio-do-oeste-e-vale-do-tejo-/613.htm>

Desde a sua aprovação, o PROT OVT conta com cinco relatórios de monitorização e avaliação, que ao longo dos anos têm acompanhado o mesmo com o intuito de fomentar a interpretação e a leitura adequada das orientações do plano; coligir e divulgar dados e informação que permitam juízos de valor mais objetivos sobre o desempenho do plano, da região e dos atores que os gerem e, sobretudo, fomentar o processo de planeamento.

Os cinco relatórios, publicados anualmente desde 2011, têm uma estrutura dividida em duas partes: a primeira corresponde à monitorização e avaliação do processo de implementação do PROT OVT e a segunda à monitorização do desempenho do PROT. Os relatórios dão continuidade aos trabalhos efetuados anteriormente, ou seja trata-se de um processo de monitorização e avaliação continua que acompanha as atividades e a implementação do plano, ao longo dos anos desde que entrou em vigor, essencial para garantir a eficiência do processo de planeamento.

Na primeira parte, monitorização e avaliação do processo de implementação do PROT OVT, os relatórios pretendem realçar e divulgar:

1. “As atividades desenvolvidas no âmbito da implementação do Plano;
2. A experiência, entretanto adquirida na gestão dos processos de planeamento;
3. A reflexão e debate sobre a interpretação e aplicação das normas orientadoras do PROT;
4. A concertação e articulação entre diversos atores, materializada através da Comissão Temática do Turismo (CTT), na distribuição da capacidade de alojamento e na validação da ficha de apreciação das candidaturas de projetos, a submeter à CTT, a Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer” (CCDR-LVT, 2011: pág. 8).

Na segunda parte, monitorização do desempenho do PROT os relatórios destacam:

1. “A concretização e adequabilidade dos eixos e objetivos estratégicos do plano, através da definição de indicadores de monitorização;
2. As diretrizes de seguimento e monitorização da Declaração Ambiental (AAE);
3. A concretização das medidas e ações previstas no Programa de Execução” (CCDR-LVT, 2011: pág. 31).

6. O PROT AML, ponto de partida para o REOT AML

6.1 PROT AML

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/89, de 15 de maio, o **Governo** deliberou a elaboração do PROT AML com a finalidade de definir as “grandes linhas de orientação para a expansão urbana e o crescimento industrial e terciário, o incremento das acessibilidades, uma política de racionalização e coordenação dos meios de transporte e reequilíbrio da estrutura urbana regional, sem descurar os aspetos ambientais, culturais e paisagístico”.

O processo de elaboração do PROT AML prolongou-se, não sendo concluído em 1990/92, nem em 1995/96, tendo sido retomado em finais de 1998. Na sequência da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, o PROT foi entretanto adaptado, na forma e no conteúdo, à nova realidade urbanística, económica e social da região metropolitana (CCDR-LVT, 2016). O PROT AML foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril, que estabelece como objetivos fundamentais:

“A contenção da expansão da área metropolitana de Lisboa, sobretudo sobre o litoral e as áreas de maior valor ambiental, bem como nas zonas consideradas críticas ou saturadas do ponto de vista urbanístico;

A diversificação das centralidades na estruturação urbana, nas duas margens do Tejo, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a área metropolitana;

A salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana, que integra os valores naturais mais significativos desta área e que desempenham uma função ecológica essencial ao funcionamento equilibrado do sistema urbano metropolitano;

A promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas, bem como das áreas periféricas ou suburbanas e dos centros históricos.” (RCM nº 68/2002).

Em 2008 o Governo delibera a alteração do PROT AML através da RCM nº 92/2008, na qual se identifica um conjunto de objetivos que pretendem dar resposta aos problemas que levaram à necessidade de se proceder à sua revisão: a contenção da expansão da AML; a diversidade das centralidades na estruturação urbana; a salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana; a promoção da qualificação ecológica metropolitana; o aprofundamento dos processos da globalização económica e comunicacional e de internacionalização da economia portuguesa e investimentos fortemente reestruturadores” (RCM nº 92/2008). A proposta de alteração esteve em discussão pública, de 22 de novembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011 mas não chegou a ser aprovada pelo Governo.

6.2. Elaboração da matriz *swot* da Área Metropolitana de Lisboa

Pretendendo fazer uma avaliação do estado do ordenamento do território e da concretização do PROT, importava definir o retrato territorial à data. Esta tarefa é igualmente importante para apoiar a seleção de indicadores, visto ser fundamental que estes também traduzam uma leitura do território, tal como se pretende da matriz. O PROT AML, em vigor, não dispunha de uma análise *swot* que refletisse de forma sintética o estado da região à data da sua aprovação.

A construção da matriz *swot* decorreu em duas etapas. Primeiro de modo a aproveitar o trabalho efetuado na proposta de alteração do PROT AML comparou-se

esta com a matriz do Plano de Ação Regional de Lisboa (PARL) 2014-2020. Após este exercício concluiu-se que a matriz da proposta de alteração do PROT AML era semelhante à do PARL. Procedeu-se então à adaptação da matriz da proposta de alteração do PROT AML à realidade do território no presente (a alteração ao PROT AML data de 2008).

A estrutura de matriz foi organizada nas quatro temáticas adotadas do PARL, crescimento inteligente; crescimento sustentável; crescimento inclusivo e capacitação regional - para as quais se identificaram pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, expondo assim o mais importante a reter e que melhor caracteriza a área metropolitana. A conclusão deste primeiro exercício resultou numa matriz extensa, tanto no número de pontos como na sua redação, e portanto desadequada para os objetivos em presença, seguindo-se um exercício de síntese organizado pelos quatro tópicos que integram uma matriz SWOT.

No entanto era necessário ter a certeza de que a matriz retratava a realidade da região e verificar a existência de correspondência com as estratégias do PROT AML (2002). Para tal elaborou-se uma matriz de ponderação entre a matriz *swot* e as estratégias do PROT AML (2002). A figura 3 demonstra como está estruturada a tabela de ponderação. Por um lado apresentam-se os pontos que compõem a matriz correspondendo os mesmos com as estratégias. Esta correspondência é feita através de uma escala numérica, em que se atribui o valor 0 quando não existe qualquer correspondência, o que eliminará esse ponto; o valor 1 quando os pontos se aproximam das estratégias (pelo que a sua permanência na SWOT carece ser reponderada) o valor 2 quando a correspondência é total, o que automaticamente valida esse ponto (exemplo deste exercício, Anexo 2).

Estratégias/ Matriz	Estratégia Económica	Estratégia Ambiental	Estratégia de Coesão Socio- Territorial	Estratégia Territorial	Observações
Pontos Fortes					
Pontos Fracos					
Oportunidades					
Ameaças					

Figura 3 – Matriz de ponderação entre as estratégias do PROT AML em vigor com a Matriz SWOT

A ponderação foi feita com as estratégias do PROT AML em vigor. No entanto, posteriormente, por opção da CCDR LVT, foi decidido que o REOT seria à escala da Região de Lisboa e Vale do Tejo, considerando a monitorização e avaliação de todo o território, seja este abrangido pelo PROT OVT ou PROT AML.

A conclusão desta tarefa permitiu ter uma ideia do estado da Área Metropolitana de Lisboa, tendo-se também revelado importante para a seleção dos indicadores, complementando os exercícios de avaliação e monitorização já desenvolvidos pela CCDR LVT para o Oeste e Vale do Tejo, aquando dos trabalhos de monitorização do PROT OVT.

7. Contributos para o REOT LVT

7.1. Construção de indicadores

7.1.1. Pesquisa e tratamento de indicadores

Por forma a potenciar o trabalho já desenvolvido pela CCDR no âmbito da monitorização do PROT OVT, numa primeira fase procedeu-se à atualização dos indicadores dos relatórios de monitorização e avaliação do PROT OVT, que integraram o 5º relatório. Em simultâneo à realização desta tarefa, sempre que possível foi recolhida informação estatística para a AML tendo em vista a utilização desses indicadores no REOT LVT.

A estratégia de pesquisa de indicadores não se encontra alterada com a mudança do âmbito geográfico do REOT. Os indicadores foram selecionados segundo os seguintes critérios: a periodicidade com que são produzidos; a sua fonte, tendo esta que ser oficial (por exemplo o INE); o âmbito geográfico (no mínimo os dados teriam de estar referenciados à NUTS III) e o período temporal.

Uma vez estabelecidos os parâmetros para a seleção dos indicadores, a pesquisa foi dirigida para plataformas informáticas com dados estatísticos e relatórios oficiais de onde foi retirada informação para os indicadores que constituem uma primeira lista. As fontes oficiais consultadas foram:

- Instituto Nacional de Estatística:
 - Dados Estatísticos;
 - Indicadores do Quadro de Referência Estratégico Nacional.
- Agência Portuguesa do Ambiente;

- Relatório de Estado do Ambiente - 2015
- Instituto de Mobilidade e Transportes;
 - Indicadores de transporte e mobilidade
- CCDR LVT
 - Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
 - Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo - 2009;
 - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa - 2002;
 - Relatórios de Avaliação de Monitorização do PROT OVT -2011 a 2015.

A par destes relatórios e respetivas estatísticas, e visto ser importante que o REOT vá de encontro às políticas Europeias, foram tidos em conta alguns indicadores considerados no âmbito do grupo de trabalho de monitorização do Portugal 2020.

A pesquisa de indicadores foi um processo difícil e moroso, com avanços e recuos. Muitas vezes o indicador que era considerado fundamental não existia disponível para o período temporal determinado ou então apenas existia ao nível das NUTS II, por exemplo. Por outro lado em pesquisas feitas em relatórios (como o Relatório de Estado Ambiente) os dados não estavam disponíveis *on-line* nos sítios informáticos das entidades, sendo necessária a solicitação dos mesmos.

7.1.2 Seleção de indicadores

Este foi o contributo mais complexo, mas revelou-se também crucial. A construção do sistema de indicadores envolveu exercícios de exclusão e seleção até se chegar à lista final a ponderar pela CCDR. Muitos destes exercícios acabaram por ser abandonados, mas na generalidade serviram para formar uma lista organizada dos indicadores que permitem uma melhor leitura do território.

Como já foi referido anteriormente, em simultâneo à atualização dos indicadores do 5.º Relatório de Monitorização e Avaliação do PROT OVT, foi recolhida informação estatística para a NUTS III da AML, para além das NUTS III do Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo que se estava a atualizar, tendo em vista a construção do sistema de indicadores que devia de integrar o REOT AML. Deste modo fez-se a primeira recolha de potenciais indicadores.

Mais uma vez, e como o REOT se destinava inicialmente à AML, foi elaborada uma matriz de ponderação entre os objetivos e os indicadores do PROT AML em vigor (2002). Este exercício tinha o objetivo de observar a força de ligação entre os indicadores e as estratégias, sendo selecionados o que tivessem uma relação forte. Os domínios de implementação estratégica do PROT AML são quatro: Estratégia Económica; Estratégia Ambiental; Estratégia de Coesão Sócio Territorial e a Estratégia Territorial que por sua vez se dividem nas estratégias concretas. Todavia, os indicadores constantes do PROT estavam organizados em nove domínios: Ordenamento do Território; Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental; Equipamentos; Transporte e Logística; Coesão Social; Património; Turismo; Saneamento Ambiental e Infraestruturas Energéticas.

A relação entre estratégias e indicadores (figura 4) foi feita através de uma escala numérica e de cores para proporcionar uma leitura mais imediata. Atribui-se o número 0 e a cor vermelha quando não existe qualquer relação entre o indicadores e a estratégia, o número 1 e a cor amarela quando a relação existente não é forte, pois só se tocam em alguns pontos (vejamos o exemplo do indicador População Residente do Domínio Ordenamento do Território com a Estratégia Desenvolvimento sustentado em competências qualificadas e na dinâmica duradoras na concorrência internacional) e o valor 2 e a cor verde quando a correspondência é total.

Domínios de Implementação da Visão Estratégica		Estratégia Económico						Estratégia Ambiental	Estratégia de Coesão Sócio-Territorial			Estratégia Territorial	Observações
Domínio	Objetivos Estratégicos	Desenvolvimento sustentado em competências qualificadas e na dinâmica	Construir vantagens competitivas duradoras na concorrência internacional	Afirmar o novo modelo de cooperação	Qualificar a AML como centro de consumo relevante e dinâmico no espaço europeu	Aprofundar a especialização em actividades centradas na diferenciação com forte potencial de crescimento	Alcançar dimensão relevante como centro de serviços de "classe mundial"	Sustentabilidade ambiental	Requalificação sócio-urbanística de áreas degradadas	Implementação de políticas de valorização dos recursos humanos, de emprego e empregabilidade	Implementação de uma política urbana e habitacional de equidade territorial	Recentrar a área metropolitana e polincentrar a região	
	Indicador												
Ordenamento do Território	Usos do Solo - Classe e categoria de Uso: Área Urbana; Área Urbanizável; Área de Equipamento; Área Industrial; Área Florestal; Área Agro-Florestal; Área natural; Área Agrícola	0	0	0	0	1	1	2	2	0	2	2	
	População residente	1	0	0	2	0	0	1	2	1	1	2	
	Nº de Alojamento (clássicos; não clássicos; vagos; uso sazonal)	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	1	

Figura 4 - Matriz de ponderação Objetivos / Indicadores PROT AML 2002

Após estas duas fases iniciais de recolha de indicadores através dos dois PROT, iniciou-se a pesquisa de indicadores em outras fontes. Deste modo foi construído um ficheiro em formato *excel*, para reunir os indicadores pesquisados. Estes foram

organizados pelas estratégias do PROT AML em vigor, já identificadas em cima, visto que nesta fase o REOT seria apenas para a AML.

A figura 5 exemplifica uma das tabelas, neste caso da estratégia económica. A primeira coluna corresponde ao objetivo estratégico, e em seguida são apresentados todos os indicadores por objetivo, depois o indicador tal como aparece na fonte seguido da referência dos locais onde foram retirados e, caso se justifique, as observações. Este exercício, para além de organizar os indicadores, auxilia na sua seleção, pois quantas mais referências tiver, sejam elas o INE ou um outro relatório, mais importante o indicador se revela. Importa referir ainda que alguns indicadores repetem-se nas diversas estratégias.

Estratégia Económica				
Objetivo Estratégico	Total	Indicador	Referência	Observações
Desenvolvimento sustentado em competências qualificadas e na dinâmica da procura	1	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (Competitividade)	Indicador de contexto - PROT OVT	
			Indicador PT 2020 - Competitividade e internacionalização	
			INE	

Figura 5 - Exemplo da lista de indicadores da estratégia económica

O exercício exposto reuniu mais de 200 indicadores, sendo por isso aconselhável a sua redução. Para tal contribui a matriz já apresentada, a presença dos mesmos em mais que uma fonte, dando particular atenção aos indicadores que possivelmente integraram a lista de indicadores do Portugal 2020, os indicadores que já constam dos Relatórios de Avaliação e Monitorização do PROT OVT e ainda os que se relacionam com as Prioridades de Desenvolvimento Territorial da União Europeia ESPON.

Este último exercício reuniu numa tabela as seis prioridades:

1. Promover o desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado;
2. Encorajar o desenvolvimento integrado das cidades, das áreas rurais e de regiões específicas;
3. Coesão Territorial;
4. Garantir a competitividades global das regiões com base em economia locais fortes;

5. Melhorar a conectividade territorial para indivíduos, comunidades e empresas;
6. Gestão e conexão dos valores ecológicos, paisagísticos e culturais das regiões.

A cada uma destas prioridades foi atribuído o indicador que lhe dará uma melhor leitura.

Por último, e visto que a lista de indicadores diminuiu para cerca de 100, era necessário saber como os mesmos estavam disponibilizados. Assim, foi elaborada uma tabela onde constavam os indicadores, organizados pelos domínios e subdomínios, seguidos da fonte dos dados, a desagregação geográfica a que estavam disponíveis (o mínimo aceitável era a NUTS III), a periodicidade da sua produção e o primeiro e último ano disponível. A desagregação geográfica e a data da informação dos indicadores foram os principais critérios de decisão, visto que estes têm que cobrir toda a área em estudo e, sempre que possível, deverão incluir a data de aprovação dos PROT como data de início (neste caso é 2002, relativa ao PROT AML), devendo o último ano ser o mais recente.

Com os indicadores selecionados, concluiu-se que a organização dos mesmos pelos domínios do PROT AML em vigor deixara de fazer sentido, pois o REOT passou a ser para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. Deste modo com base em outros REOT observados, nomeadamente REOT municipais, e pela experiência dos técnicos da CCDR LVT, foram definidos os domínios de análise e respetivos subdomínios, a considerar na estruturação do REOT e pelos quais se organizam os indicadores (Figura 6).

Contexto / Enquadramento	
Índices Sintéticos de Desenvolvimento Regional	
Índice de bem-estar	
População residente	
Domínio	Subdomínio
Ocupação e Usos do Solo	Padrões de Ocupação do solo
	Uso do solo classificado nos PMOT
População e Sociedade	Demografia

	Qualificação e Emprego
	Rendimento e Consumo
	Coesão e Inclusão Social
Sistema Urbano	Povoamento
	Parque Habitacional
	Equipamentos
	Mobilidade
Transportes	Utilizações e Consumo
Energias	Produção e Consumo de Energia
Economia	Desempenho e Inovação
	Especialização
	Cadeias de Valor
	Dinâmica Económica/Empreendedorismo
Ambiente	Água
	Resíduos
Capital Natural	Recursos Hídricos
	Ecossistemas
Riscos	Cheias
	Erosão
	Sismos
	Incêndios

Figura 6 – Domínios e subdomínios de organização dos indicadores do REOT LVT

7.1.3. Elaboração de fichas de indicadores por temáticas ou domínios

Terminada a seleção de indicadores (Anexo 3) e a sua organização por domínios e subdomínios, foram criadas fichas que sintetizam toda a informação sobre cada indicador (Anexo 4), tal como foi elaborado para os Relatórios de Monitorização e Avaliação do PROT OVT. Importa ressaltar o facto de se tratar de uma proposta, ainda não totalmente finalizada, pois tem que ser ponderada pela CCDDR no decurso dos trabalhos de elaboração do REOT, tendo previsto a sua conclusão para o final de 2016 ou início de 2017.

As fichas de indicadores dividem-se em duas partes: cabeçalho e descrição do indicador.

Existem dois cabeçalhos, um para os indicadores de contexto (figura 7) que apenas indica o nome e o número do indicador. O segundo (figura 8) corresponde aos restantes indicadores. Neste caso integra o nome do indicador, o número e os domínios a que pertence, evidencia a ligação instrumentos de planeamento regional e de programação operacional através da correspondência com as estratégias do PROT AML e do PROT OVT e com os Fatores Críticos para a Decisão do PROT OVT, bem como através do alinhamento com as prioridades de investimento do Portugal 2020

Indicador Nº 1	
Designação	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice Global

Figura 7 - Cabeçalho da ficha de indicadores: indicadores de contexto

Indicador Nº 6	
Designação	Superfície de solo urbano identificado nos PMOT
Domínio	Ocupação e Usos do Solo
Subdomínio	
Ocupação e usos do solo	
Alinhamento com instrumentos de planeamento regional e de programação operacional	
PROT AML	Estratégia
	4
PROT OVT	Eixo
	3
	FCD
	1, 6 e 7
PT 2020	Prioridade de Investimento
	6.5

Figura 8 - Cabeçalho da ficha de indicadores: indicadores

A segunda parte da ficha corresponde à informação detalhada sobre o indicador nomeadamente: Definição; Referência (quando o indicador pertence também ao Observatório das Dinâmicas Regionais RLVT); Fonte dos Dados; Unidade de Medida; Periodicidade; Último ano disponível; Representação Gráfica; Meta 2020 e Observações.

7.2. Definição da estrutura do REOT LVT

Para a definição da estrutura do REOT foram consultados outros relatórios: i) a nível internacional; ii) REOT municipais, como o da Amadora; iii) Relatório de Estado do Ambiente. Também foram tidas em conta as orientações do RJIGT sobre o conteúdo dos REOT (artigo 189º), e a experiência de seis anos de monitorização contínua do PROT OVT, que passará ser a integrada no REOT LVT.

Após a análise destes documentos chegou-se a uma estrutura, dividida em cinco partes. A primeira corresponde à **Introdução** onde será explicitado o enquadramento legal e a metodologia utilizada no REOT. A segunda parte diz respeito aos **Domínios de Intervenção**, será exposta a organização e a metodologia, definindo e fundamentando os domínios de análise que irão ser apresentados nos dois pontos seguintes bem como as evidências do alinhamento dos domínios de análise do REOT com os objetivos do PT

2020, PNPOT, dos dois PROT (AML e OVT) e como a Avaliação Ambiental deste último. O terceiro ponto corresponde ao **Estado e Dinâmicas do Território Regional**, serão explorados os indicadores dentro de cada domínio e subdomínio, objetivos, metas e tendências. No quarto ponto do índice irá ser explorado o **Balanço da Execução dos Planos Regionais de Ordenamento do Território**, através das dinâmicas de planeamento, seguimento ambiental e a realização da programação. Por último, serão abordados os níveis de **Coordenação Interna e Externa**, tendo por referência a convergência para a estratégia dos PROT.

8. Considerações finais

A avaliação do território constitui um veículo de aprendizagem e de interpretação dos efeitos das políticas no mesmo e das suas dinâmicas.

Tal como o próprio nome indica, o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território fornece à comunidade, aos técnicos e aos decisores informação estatística e interpretação sobre o estado atual do território após a aplicação, neste caso, dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, nomeadamente o efeito da implementação das estratégias.

Espera-se que o REOT se afirme como um processo de aprendizagem e de melhoramento do território, para que na revisão dos PROT estes reflitam melhor as necessidades do território e dos seus utilizadores, pois são estes que irão beneficiar das políticas aplicadas.

Durante o estágio surgiram algumas dificuldades que podem ajudar a justificar a fraca aderência das instituições públicas competentes à elaboração destes relatórios (às escalas nacional, regional e municipal). De facto, o seu processo de elaboração é complexo e condicionado por fatores internos e externos que dificultam a sua realização.

É necessário uma equipa com capacidades para a elaboração de um REOT e tarefas associadas, tais como, a definição da metodologia a adotar, a articulação com as estratégias definidas nos planos em vigor e a constante pesquisa / atualização de indicadores e respetiva análise dos dados obtidos

Na CCDDR LVT as condições estavam reunidas, embora apenas existisse como modelo de monitorização os relatórios de avaliação e monitorização do PROT OVT. Apesar da complexidade do processo, ajudou a ressaltar a importância da construção de um sistema de indicadores.

Existem modelos de seleção de indicadores já pré-definidos por alguns autores e que serviram de inspiração. No entanto, e perante algumas adversidades (como a não adequabilidade desses exercícios ao território e o que se pretendia avaliar), optou-se pela construção de exercícios próprios que se adaptassem ao que se procurava. Deste modo fica clara a necessidade de que este tipo de trabalho esteja coerente com as exigências do que se pretende, não sendo um processo avaliação estático.

Com a realização do estágio, ficou evidente, a título pessoal, a importância do REOT no processo de planeamento, contribuindo para um planeamento e ordenamento do território mais equitativo e transparente e constituindo-se como um veículo de aprendizagem.

No que toca aos indicadores, elemento determinante na construção dos REOT e de grande parte do estágio, destaca-se a dificuldade em aceder a informação estatística desagregada por município ou NUTS III, tendo presente as especificidades da RLVT que não coincide com uma NUTS II. Refira-se que o território da Região de Lisboa e Vale do Tejo, abrange não só uma NUTS II completa, a Área Metropolitana de Lisboa, coincidente com uma NUTS III, mas também mais três NUTS III, duas delas – Oeste e Médio Tejo – integradas na NUTS II Centro e uma – Lezíria do Tejo – integrada na NUTS II Alentejo. Esta especificidade dificulta o acesso a estatísticas desagregadas territorialmente, tendo por consequência a inexistência de alguns indicadores que apenas se encontram disponíveis por NUTS II, o que não retrata a RLVT.

Destaca-se então a relevância de sensibilizar as instituições públicas responsáveis pela produção estatística, para a necessidade de disponibilizarem informação desagregada territorialmente e continua em termos temporais. Estas são condições determinantes para que a construção do REOT seja mais rápida e eficiente, promovendo uma cultura de monitorização.

Por fim, os contributos do estágio para a elaboração do REOT LVT são o sistema de indicadores e a organização do relatório. Estes exercícios, acompanhados de outros que levaram a eles, constituem ferramentas essenciais para a elaboração do primeiro Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Bibliografia

- APG. (16 de Junho de 2009). *Ciclo de Conferências - Ordenamento do Território e Coesão Territorial*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos. Obtido de http://www.apgeo.pt/sites/default/files/docs/1237481898_01_contribution_of_the_associacao_portuguesa_de_geografos_pt.pdf
- APG. (2 de junho de 2016). Obtido de Agência Portuguesa do Ambiente: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=146>
- Araújo, J. (19 de Abril de 2016). *Os PROT*. Obtido de Knoow - Enciclopédia Temática : <http://knoow.net/ciencterravida/geografia/prot/>
- Caldeira, J. (2008). As Grandes Opções da LBPOTU e a Agenda necessária à constituição e consolidação do Sistema de Gestão Territorial. *Encontro Anual da Ad Urbem* (pp. 1-20). Lisboa: Ad Urbem.
- Capucha, L., Almeida, J. F., Pedroso, P., & Silva, J. A. (1996). Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 9-27.
- Catita, A. (2007). Planos Regionais de Ordenamento do Território: Função e Oportunidade. *Infogeo*, 28.
- CCDR Algarve. (09 de Maio de 2009). Monitorização do PROT Algarve.
- CCDR Algarve. (13 de Junho de 2016). *Metodologia de monitorização do PROT Algarve*. Obtido de www.prot.ccdr-alg.pt/prot.ccdr-alg.pt/Storage/pdfs/Metodologia_Monitorizacao.pdf
- CCDR LVT. (2011). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo - 1º Relatório de Monitorização e Avaliação*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- CCDR LVT. (2012). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo - 2º Relatório de Monitorização e Avaliação*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo .
- CCDR LVT. (2014). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo - 3º Relatório de Monitorização e Avaliação*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- CCDR LVT. (2015). *Novo enquadramento legal em matéria de ordenamento do território e urbanismo*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- CCDR LVT. (2015). *Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo - 4º Relatório de Monitorização e Avaliação* . Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo .
- CNADS. (2013). *Parecer do CNADS sobre a Proposta de Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo*. Lisboa: Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.
- DGT. (2014). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Avaliação do Programa de Ação 2007-2013 - Relatório*. Lisboa: Direção Geral do Território.

- DGT. (16 de junho de 2016). *Apresentação da nova Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo*. Obtido de Direção Geral do Território: http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/projetos_em_curso/reforma_do_quadro_legal_ot_u/lei_de_bases_da_politica_de_solos_de_ot___urbanismo/apresentacao/
- ESPON. (2014). *European Territorial Monitoring System - Final Report*. Multicriteri, el mètode d'ajuda a la decisió - MCRIT.
- Europe, C. o. (2006). *Spatial developmant glossary - European Conference of Ministers responsible for Spatial/Regional Planning (CEMAT)*. Lisboa: Council of Europe Publishing.
- European, C. (29 de Janeiro de 2016). *Regional Policy - infoRegio*. Obtido de ec.europa: <http://ec.europa.eu/>
- Ferrão, J., & Mourato, J. (Maio de 2010). A Avaliação de Políticas Públicas como Factor de Aprendizagem, Inovação Institucional e Cidadania. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, 12, 9- 28.
- Gomes, C., & Santos, M. (2012). *Texto de Apoio sobre Avaliação* . Évora: Universidade de Évora.
- Guerra, I. C. (2002). Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação - O Planeamento em Ciências Sociais. Cascais: PRINCIPIA, Publicações Universitárias Científicas.
- Leduc, G. A., & Raymond, M. (2000). *L'évaluation des impacts environnementaux - Un outil d'aide à la décision*. Canada: MultiMondes.
- Lopes, J. M. (2011). *Indicadores de Monitorização de Planos Municipais de Ordenamento do Território*. Lisboa: Tese de Mestrado - Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.
- MAOTDR. (2002). *Orientações Gerais para a Elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território*. Lisboa: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do desenvolvimento Regional - Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades.
- Mar, S. R. (2003). *Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território dos Açores* . Açores: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar - Direção Geral do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.
- Marques, T. S. (2008). Planos Regionais de Ordenamento do Território: um balanço preliminar . *Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo - Génese e Evolução do Sistema de Gestão Territorial 1998-2008* (pp. 187-197). Lisboa: Ad Urbem .
- Mascarenhas, A. (2010). *Desenvolvimento de um modelo conceptual para a monitorização de planos regionais de ordenamento do território: Aplicação à região do Algarve*. Tese de Mestrado, Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Algarve.
- Mascarenhas, A. (2011). Monitorização de Planos Regionais de Ordenamento do Território e Avaliação Ambiental Estratégica. *Avaliação Ambiental Estratégica - o que investigam as nossas Universidades?* Lisboa: Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes.I
- Matthew, C., & Sieh, L. (2004). *Measuring quality in planning: managing the performance process*. London: Spon Press.

- Oliveira, R. (2013). *Aula 1- Identificação, Caracterização e Avaliação do Território*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Hmanas - Universidade Nova de Lisboa.
- Oliveira, R. (2013). *Aula 2 - Definição de objetivos e de indicadores para a avaliação do território e sua gestão*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa .
- Ordenamento, S. R.-D. (2008). *Relatório Ambiental - Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Regional do Ordenamento do Teritório dos Açores*. Açores.
- Papudo, R. (2007). *O sistema de gestão territorial em Portugal Continental à escala nacional*. Lisboa: Tese de Mestardo, Universidade de Lisboa.
- Partidário, M. d. (2007). *Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas* . Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Partidário, M., Broeder, L., Crol, P., Fuggle, R., & Ross, W. (2012). Impact Assessment. *International Association for Impact Assessment* , 1-2.
- Porteiro, J., Costa, E., & Barroso, S. (2015). Metodologia e modelo de monitorização sistémica do ordenamento do território da Região Autónoma dos Açores. *X Congresso da Geografia Portuguesa - Os Valores da Geografia* (pág. 730-735). Lisboa: Associação Portuguesa da Geógrafos.
- Prada, O. M. (2008). *Relatórios de Estado do Ordenamento do Território: orientações metodológicas para a sua elaboração*. Lisboa: Tese de Mestrado - Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.
- Sánchez, L. E. (2013). *Avaliação de impacto ambiental - Conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos.
- Silva, J. B. (1997). Monitorização e processo de planeamento ao nível local. *Informação estatística regional* (pág. 6-18). Tomar: Instituto Nacional de Estatística .
- Urbano, D. G. (2003). *Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território - Coleção Estudos 9*. Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Vanclay, F. (2003). International Principles For Social Impact. *Impact Assessment and Project Appraisal*, 21, 5-11.
- Vilares, E. (2010). *Sistema Nacional de Indicadores e Dados-base sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - Análise exploratória de sistema de indicadores como instrumentos de avaliação de políticas públicas*. Lisboa: Direção-Geral do Território e Desenvolvimento Urbano.

Legislação

Resolução do Conselho de Ministros nº 21/1989. Delibera a elaboração do PROT AML.

Lei nº 48/1998. Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Resolução de Conselho de Ministros nº 38/1995. Plano Nacional da Política de Ambiente.

Decreto-Lei 380/1999, de 22 de setembro. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2002. Aprova o PROT AML.

Resolução do Conselho de Ministros nº 92/2008. Delibera a alteração do PROT AML.

Resolução do Conselho de Ministros nº 64 A/2009. Aprova o PROT OVT.

Lei nº 31/2014. Lei de bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. Diário da República, 1ª série - Nº 104 – 30 de Maio de 2014.

Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio. Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Anexos

Anexo 1 – Indicadores do Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Berna

Urbanização	Percentagem do solo urbanizável não urbanizado (excluindo áreas verdes e afetadas a usos públicos) total e por níveis urbanos
	Relação entre solo urbanizável e não urbanizado e necessidades previstas a 15 anos
	Consumo de solo por habitante (objetivo federal de 400 m ² /hab)
	Residências secundárias/total de residências
	Imóveis destinados a habitação fora de solo urbano/ total de imóveis destinados a habitação
Transportes	Percentagem de domicílios servidos por transportes públicos (por classes de serviços de transportes)
	Percentagem de locais de trabalho (exceto agricultura e silvicultura) servidos por transportes público (por classes de serviços de transportes)
	Percentagem de tráfego por veículo motorizado
	Percentagem das distâncias curtas percorridas por automóvel
Economia	Percentagem da população ativa
	Peso do PIB cantonal no PIB nacional
	Volume de investimento público na infraestruturação de polos de desenvolvimento
	Volume de investimento privado em polos de desenvolvimento
Agricultura	Número de explorações agrícolas
	Número de pessoas ocupadas no setor agrícola
	Empresas recenseadas no setor primário
	Número de explorações agrícolas biológicas
População Natureza	Crescimento demográfico dos municípios
	Área com ajudas suplementares por compensação ecológica

Adaptado de: Sistema Nacional de Indicadores e Dados-base sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - Análise exploratória de sistemas de indicadores como instrumentos na avaliação de políticas públicas, DGOTDU, 2010, pág: 41

Anexo 2 – Exemplo da matriz de ponderação entre matriz *swot* e as estratégias do PROT AML (2002)

Matriz de ponderação: Matriz <i>swot</i>- Estratégias PROT AML (2002)						
Estratégia PROT AML (2002)		Estratégia Económica	Estratégia Ambiental	Estratégia de Coesão Socio-Territorial	Estratégia Territorial	Observações
Matriz <i>swot</i> da AML						
Ponto Forte	Elevada concentração populacional e dinâmicas demográficas mais favoráveis que as médias nacionais	0	0	2	1	
Ponto Fraco	Inversão da taxa de crescimento migratório, na última década, com a Região a revelar uma tendência negativa	0	0	2	0	
Oportunidades	Crescente consciencialização da necessidade de uma política integrada de estímulo à natalidade e renovação demográfica	0	0	1	0	
Ameaças	Elevado índice de envelhecimento e reduzida taxa bruta de natalidade com consequências no défice de renovação das gerações	0	0	1	0	

Anexo 3: Indicadores REOT LVT

Indicadores de contexto	Indicadores
	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Global
	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Coesão
	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Competitividade
	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – Qualidade Ambiental
	Índice de Bem-estar regional (NUTS II) – OCDE
	População residente
Indicadores	
Domínio	Indicadores
Ocupação e Usos do Solo	Superfície de uso de solo urbano identificados nos PMOT
	Superfície de uso de solo para turismo identificados nos PMOT
	Superfície de uso industrial do solo identificados nos PMOT
	Superfície de uso do solo para equipamentos e parques urbanos identificados nos PMOT
	Proporção das Classes de Ocupação do Solo no OVT 2006/2010
	Proporção das Classes de Ocupação do Solo na AML 1995/2010
	Proporção das Áreas Edificadas no território do OVT 2006/2010
	Proporção das Áreas Edificadas no território da AML 1995/2010
	Uso e ocupação do solo na Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II) - Variação de área por classe LANDYN simplificada 1980/2010
População e Sociedade	Demografia
	Índice de envelhecimento
	Crescimento natural
	Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira
	Saldo migratório
	População residente
	Índice de dependência total
	Qualificações e Emprego
	Taxa de escolarização no ensino superior
	Taxa de abandono escolar
	Evolução do emprego nas atividades do setor ambiental
	Evolução do emprego nas atividades do setor cultural
	Taxa de desemprego

	Rendimento e Consumo
	Remuneração média mensal
	Poder de compra <i>per capita</i>
	Coesão e inclusão Social
	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção da Segurança Social
Cidades e Sistema Urbano	Povoamento
	Índice de primazia do sistema urbano
	Proporção de população residente em cidades com mais de 10 000 habitantes
	População residente em lugares censitários
	População residente em cidades estatísticas (N.º) por Local de residência
	Índice de concentração da população residente em cidades
	População residente por tipologia de área urbana
	Índice de concentração da população residente em cidades
	Parque Habitacional
	Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos
	Dinâmica de reabilitação urbana
	Dinâmica de reabilitação do edificado
	Proporção de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal
	Proporção de alojamentos não clássicos
	Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados
	Equipamentos e Infraestruturas
	Equipamentos e infraestruturas
	Estabelecimentos de ensino superior por 100 000 mil habitantes
	Perdas reais de água
	Proporção de águas residuais tratadas
	Mobilidade
	Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante
	Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município
	Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares
	Índice de polarização do emprego
	População que trabalha ou estuda noutro município
Transportes	Utilizações e consumo
	Consumo de combustível automóvel por habitante
	Passageiros transportados pelas empresas de transporte rodoviário de passageiros
	Passageiros ferroviários desembarcados por habitante
	Proporção de mercadorias expedidas por modo rodoviário em transporte intracomunitário por Local de origem
	Mercadorias descarregadas por Porto declarante
Energia	Produção e consumo
	Consumo de energia elétrica por tipo de consumo
	Consumo de energia elétrica por habitante
	Taxa de incorporação endógena
Economia	Desempenho e inovação
	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB
	Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia

	Proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços
	Proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de alta e média-alta tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras
	Especialização
	Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento
	Capacidade de alojamento turístico por tipologia
	Taxa líquida de ocupação cama por tipologia de alojamento
	Cadeia de valor
	PIB <i>per capita</i>
	Valor acrescentado bruto por ramo de atividade
	Valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia
	Produtividade aparente do trabalho
	Produtividade económica dos sistemas de produção
	Produtividade económica nas explorações agrícolas
	Taxa de cobertura das importações pelas exportações
	Valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia
	Dinâmica Económica/Empreendedorismo
	Taxa de sobrevivência das Empresas nascidas 2 anos antes
	Taxa de natalidade das Empresas
Ambiente	Água
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais
	População servida por estações de tratamento de águas residuais
	População servida por sistemas de abastecimento de água
	Resíduos
	Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente
	Resíduos urbanos recolhidos por tipo de destino
	Resíduos urbanos recolhidos por habitante
Capital Natural	Recursos hídricos
	Qualidade de água para consumo humano
	Ecossistemas
	Proporção da superfície dos sítios da Rede Natura 2000
	Proporção de superfície das áreas protegidas
	Áreas protegidas regionais ou locais
Riscos	Cheias
	Instabilidade de vertentes
	Erosão litoral
	Sismos
	Incêndios

Anexo 4 : Fichas de Indicadores

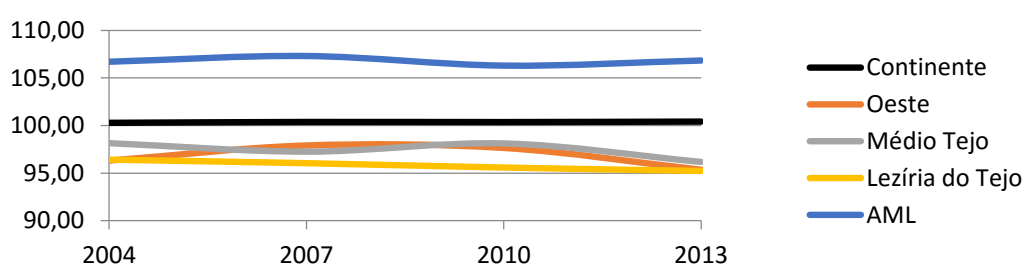
Indicadores de contexto

Índices Sintéticos de Desenvolvimento Regional

1-Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice Global

Indicador Nº 1	
Designação	Índice Sintético de Desenvolvimento Regional - Índice Global
Definição	Índice sintético de desenvolvimento regional (Índice global) é um indicador compósito (Portugal = 100) que pretende acompanhar as assimetrias regionais do processo de desenvolvimento regional, em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes competitividade, coesão e qualidade ambiental.
Referência	ORLVT T22010001
Fonte dos dados	INE, Índice Sintético de Desenvolvimento Regional
Unidade de medida	N/A
Fórmula de cálculo	Não disponível no INE
Unidades de Análise	Concelho NUTS III ✓
Periodicidade	Anual
Último ano disponível	2013

Figura 2 -Índice Sintético de Desenvolvimento Regional Global



Observações

Os dados dos anos entre 2004 e 2011 são segundo as NUTS 2002 e de 2012 e 2013 são segundo as NUTS de 2013, deste modo integra o município de Mação (faz parte da região desde 2010), Vila de Rei e Sertã (fazem parte da NUTS III Médio Tejo desde 2013 mas não integram a área de atuação da CCDR LVT). Para os anos de 2012 e 2013 não existe informação para a Grande Lisboa e Península de Setúbal, pois segundo as NUTS de 2013 a Área metropolitana de Lisboa é, simultaneamente, NUTS II e NUTS III.

Designação	Superfície de solo urbano identificado nos PMOT			Indicador Nº 6		
Domínio	Ocupação e Usos do Solo	Subdomínio	Ocupação e usos do solo			
Alinhamento com instrumentos de planeamento regional e programação operacional						
PROT AML	Estratégia	PROT OVT	Eixo	FCD	PT 2020	Prioridade de investimento
	4		3	1, 6 e 7		6.5

Definição USO DO SOLO URBANO: Classe de espaço que abrange as zonas designadas nos PMOTS como urbano, urbano e urbanizável, urbanizável, comércio e serviços, comércio e serviços existentes, comércio e serviços propostos, edificação dispersa

Referência ORLVT T15030014

Fonte dos dados INE, Direção Geral do Território

Unidade de medida Hectares (ha)

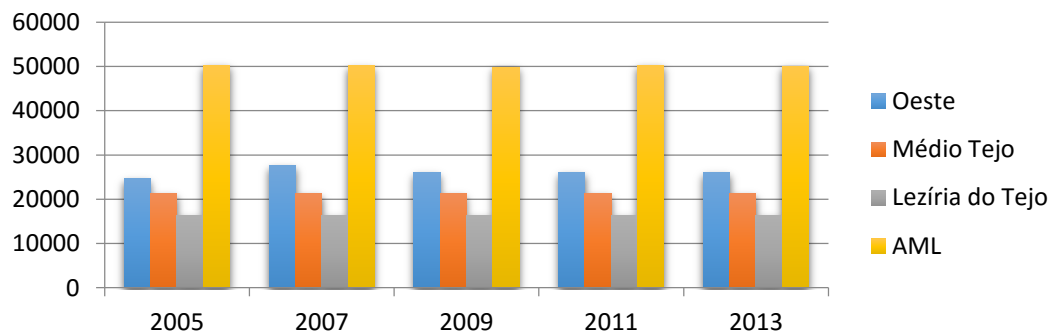
Fórmula de cálculo Não disponível no INE

Unidades de Análise Concelho NUTS III

Periodicidade Anual

Último ano disponível 2013

Figura 3 – Superfície de solo urbano identificado nos PMOT (ha)



Meta 2020

Observações

